

OS SITES DE PARTIDOS SOB UMA PERSPECTIVA ORGANIZACIONAL: o caso do Partido Democratas

Adriane Figueirola Martins¹

Resumo: O texto propõe a adoção de uma perspectiva analítica sobre os sites dos partidos políticos inspirada no modelo organizacional proposto por Angelo Panebianco, tendo como exemplo o caso do site do Partido Democratas (DEM), fruto da reorganização do Partido da Frente Liberal (PFL).

Palavras-Chave: Partidos Políticos 1. Estrutura Organizacional 2. Internet 3.

Introdução

“Convenção dos Democratas

Os Democratas realizam nesta quarta-feira, a partir das 14 horas, a sua primeira convenção nacional. "Fortalecido pela sua atuação neste ano de 2007, quando pautou a discussão política nacional, com a fidelidade partidária o combate à CPMF, o partido vai apresentar, nessa convenção, seu pensamento, sua linha programática e seus planos para 2008 em diante, ou seja, para o futuro", afirma o presidente nacional dos Democratas, deputado Rodrigo Maia (RJ).

O vice-presidente do partido para Comunicação, deputado Paulo Bornhausen (SC) afirma que a nova marca dos Democratas "traz o amadurecimento adquirido de fevereiro para cá". Inspirados no conceito da economia verde, os Democratas se apresentam com uma plataforma "totalmente sintonizada com a revolução causada pelas novas condições de vida e de sobrevivência do planeta".

- Antes da revolução industrial, os visionários anunciavam uma nova época da fartura, onde a tecnologia proveria, com folga, tudo que a humanidade precisava para sobreviver. O que aconteceu no entanto foi a criação de novas demandas que

¹ Doutoranda da Universidade Federal Fluminense/Professora do Centro Universitário Augusto Motta.
E-mail: adrianemartins@gmail.com

o homem nem sabia que poderia ambicionar; não veio a fartura e sim mais necessidades. Isso provocou o esgotamento do planeta, refletido no aquecimento global. Agora, partimos para uma nova revolução, onde todos os recursos serão colocados a serviço da sobrevivência do homem, uma revolução que exige uma nova consciência ecológica – indica Paulo Bornhausen.

Rodrigo Maia explica que esse conceito, desenvolvido pelo Partido conservador inglês – agora também sob novo comando, com líderes da mesma geração dos líderes dos Democratas -, "vislumbra uma economia forte, mas não agressiva, desenvolvimentista, mas não predadora, com segurança jurídica e com liberdade para crescer".

- São as novas idéias com as quais venceremos os novos e difíceis desafios que o mundo e que, especialmente o Brasil, nos oferece e que, basicamente, exigem de nós esforço solidário rumo à segurança pela vida. Os Democratas estão preparados para enfrentar esses desafios, para viver esse novo tempo, e é isso que mostraremos na convenção desta quarta-feira – assegura o presidente nacional dos Democratas”.

O texto² acima resume, em linhas gerais, os novos compromissos do partido Democratas, fruto da reorganização do antigo Partido da Frente Liberal (PFL). Nele, o partido ostenta as marcas da sua renovação: um partido sintonizado com as características do mundo contemporâneo e voltado para o futuro, sob o comando de uma nova geração de líderes. Para além do conteúdo, o texto tem uma outra característica importante. Ele não foi veiculado por qualquer órgão da imprensa, mas pode ser encontrado no próprio site do partido. Um site, que se caracteriza por um design moderno e pelo uso de uma variada gama de ferramentas contemporâneas para se comunicar com os usuários, como o *blog*, o *twitter* e o *youtube*. A forma como o partido usa as novas tecnologias, mostra as mudanças na característica do partido, um partido com uma nova identidade, uma nova cara; um partido jovem, comandado por políticos jovens. O propósito do artigo é analisar o uso que os partidos políticos fazem dos seus sites de Internet.

² Disponível em: <http://www.democratas.org.br/agenda-de-eventos/2363>. Acessado em: 28 jan 2009.

Este tema, particularmente, no Brasil tem sido pouco explorado pela pesquisa acadêmica, já o volume da pesquisa internacional sobre o assunto é um pouco maior. Como regra geral, as pesquisas existentes tendem a focar o assunto sob dois pontos de vista: 1) a discussão sobre o potencial democratizante da internet, isto é, a sua capacidade de promover uma maior participação do eleitor comum nos assuntos do partido; 2) o uso dos sites como recurso estratégico do partido, com vistas às campanhas eleitorais, ou como tentativa de influenciar a agenda política.

As duas perspectivas são insuficientes para dar conta do problema em toda a sua complexidade. Em ambos os casos, podemos identificar exemplos daquilo que Angelo Panebianco (2005) denominou "preconceito teleológico", isto é, investigar um objeto tendo em vista a suposta função que ele deveria cumprir, ao invés de considerar as suas características concretas. Assim, seguindo a pista deste autor, este texto se propõe a considerar os sites dos partidos de uma perspectiva organizacional. Mais especificamente, os sites serão considerados como uma janela que permite considerar questões importantes relativas ao modo de organização dos partidos.

O argumento desenvolvido neste trabalho se estrutura em três partes: 1) estado da arte da produção acadêmica sobre os sites de partidos; 2) apresentação do modelo analítico proposto por Panebianco e sua aplicabilidade ao Brasil; 3) breve análise do site do Democratas, objetivando correlacionar as características do site aos traços organizacionais do partido, particularmente àqueles que dizem respeito à reestruturação do partido.

1-Abordagens teóricas sobre Internet e Política

A produção acadêmica sobre a relação dos partidos políticos com a internet ainda está no seu início, mas já existe um corpo apreciável de pesquisas sobre o assunto. As pesquisas desenvolvidas discutem duas questões, que têm por objeto o poder da internet para democratização da comunicação. A primeira delas diz respeito à possível contribuição dos sites de partidos para o aumento da participação dos filiados e cidadãos em geral no debate que se realiza no âmbito dos partidos. A segunda diz respeito ao seu potencial para a equalização das condições de comunicação política entre os partidos.

Norris (2001), por exemplo, considera as duas questões em sua análise dos sites de partidos políticos. Para ela, há pouca evidência de que estes sites promovam a efetiva participação dos membros ou cidadãos comuns nos debates e decisões dos partidos. Isto pode

ser identificado na pesquisa de Vaccari (2008). Apesar da internet ser uma ferramenta democrática, com a proposta de participação mútua entre os partidos e a população, ao analisar os sites dos partidos Italianos na eleição de 2006, o autor detectou que o diálogo participativo com a população era escasso. Os sites apresentam pouco índice de participação online, a ênfase está na informação e no profissionalismo. Por outro lado, Norris (2008) acredita que eles podem contribuir para dar aos partidos pequenas condições de comunicação política mais próximas dos grandes partidos. Desta forma, os sites teriam pouco impacto como instrumentos de democracia direta, mas desempenhariam um papel importante no âmbito da democracia representativa.

O tema da participação direta dos cidadãos ou filiados nos debates e decisões do partido foi objeto de diversos outros estudos. Farmer e Fender (2005) analisaram os sites dos Partidos Democrata e Republicano nas eleições de 1992 e concluíram que os sites eram pouco interativos, não passando de brochuras eletrônicas. Desde então, os grandes partidos têm feito grandes investimentos na internet, com o objetivo de conquistarem eleitores e ativistas. Os autores observaram que o objetivo do website é de estimular o cidadão a exercer a cidadania através do voto, já que a internet traz informações aos cidadãos sobre o sistema político. Sendo assim, para atrair os usuários, os partidos têm desenvolvido sites mais atraentes visualmente.

Do mesmo modo, Blanchard se propõe a investigar as oportunidades que os sites de partidos oferecem para uma "participação mais ativa e direta no processo democrático" (2006: 9-10), com base na análise dos sites de dez partidos políticos franceses. A autora conclui que essas possibilidades são limitadas. As "falas cidadãs comuns" estão presentes neste espaço, mas em um modelo um-por-um, "por meio de correspondências eletrônicas não atingem o campo da esfera pública, e que o "visitante", portanto, não vê ao consultar o site" (2006: 13). Isto acontece em face do desejo dos partidos "de manter o controle sobre a informação difundida em seus websites e de não expor – ou melhor, não deixar expor – opiniões contrárias" (2006: 14).

O estudo realizado por Pedersen e Saglie (2005) sobre o uso das novas tecnologias pelos partidos noruegueses e dinamarqueses mostra como a comunicação e a participação através da internet podem afetar as questões interna de disputa do partido. Foi detectado que nos sites dos partidos de massa existe uma participação maior dos cidadãos. Os partidos usam a internet para rejuvenescer, pois as tecnologias de comunicação e informação facilitam a

comunicação mediada; eleitores podem ter mais contato com seus líderes. Para as autoras, com a internet os partidos apresentam um potencial mais democrático, mas limitado, pois existe pouca participação do cidadão.

A outra linha de investigação se refere ao potencial da Internet para equilibrar o jogo da comunicação política entre os partidos, em face do baixo custo dos sites em comparação com outras mídias e da sua possibilidade de veiculação de conteúdo multimídia. De acordo com esta perspectiva, denominada hipótese da "equalização", uma vez que todos podem obter espaço na rede mundial, os pequenos partidos são comparativamente mais beneficiados do que os grandes. A ela se opõe a hipótese da "normalização", segundo a qual os grandes partidos têm acesso a melhores profissionais e maiores recursos em relações aos partidos grandes, o que limitaria o poder dos sites de atuar como fator de equilíbrio entre os partidos (Standberg, 2008). A questão de normalização também é discutida por Vaccari (2008). O autor concorda com a opinião de Standberg. Acredita que os partidos majoritários desenvolvem sites com recursos mais avançados, neste caso, há hipótese da equalização desaparece, já que partidos menores saem prejudicados no uso de tecnologias mais avançadas.

Como regra geral, os estudos disponíveis têm contestado as expectativas quanto ao poder revolucionário da internet. Schweitzer (2005) comparou os websites dos partidos majoritários e minoritários alemães durante as eleições de 2000, tendo em vista critérios de forma (acessibilidade, navegabilidade, atualização e design) e função (informação, mobilização, integração/networking e participação). A autora não encontrou diferenças substantivas no modo como os pequenos e os grandes partidos se valem da internet (o que apontaria na direção de uma equalização). Contudo, o uso da internet como instrumento de campanha parece ainda bastante limitado. Segundo a autora, as técnicas utilizadas na internet eram as mesmas utilizadas na campanha eleitoral: não era produzido material específico para a internet, havia somente uma adaptação do material offline (o que pode ser entendido como um elemento de normalização).

Small (2008) é ainda mais taxativa em relação ao assunto: A internet tem provocado um efeito equalizador na política partidária canadense? Tendo a experiência canadense nas eleições de 2004 como objeto de análise, a resposta é "não". Ela compara o uso da internet pelos partidos majoritários e minoritários canadenses na campanha eleitoral de 2004, tendo em vista três funções desempenhadas pelos sites dos partidos: disseminação da informação,

envolvimento dos eleitores e interatividade. Segundo ela, os sites dos partidos majoritários providenciam mais informação, têm mais apelo visual e recursos de entretenimento, são mais fácil de achar e atualizados mais freqüentemente, além de recorrer a técnicas de marketing viral. O uso do termo “brochuras eletrônicas” se aplica apenas aos partidos minoritários.

Em resumo, a bibliografia internacional existente sobre os sites de partidos tende a considerá-los sob uma perspectiva normativa (mesmo que implicitamente), tendo em vista o seu potencial democratizante, entendido sob dois pontos de vista: 1) incrementar a participação dos cidadãos comuns nos assuntos dos partidos; 2) equalizar as condições de disputa entre os grandes e pequenos partidos. Dito de outro modo, eles avaliam os sites dos partidos em função de um conjunto de objetivos que, supostamente, eles deveriam cumprir. Ao fazê-lo, eles dizem muito pouco sobre o modo como os sites efetivamente funcionam, isto é, ao modo como eles se relacionam com os partidos políticos, entendidos como estruturas complexas e constituídas por agentes dotados de interesses distintos, por vezes contraditórios. Para tal, é necessário considerar os sites de partidos a partir de uma perspectiva organizacional.

2. O Modelo Organizacional dos Partidos

O tipo de análise proposto aqui acerca dos sites de partidos políticos é evidentemente inspirada no modelo de análise organizacional dos partidos proposto por Angelo Panebianco. Segundo ele, o estudo dos partidos como organizações constitui um ramo atrofiado da ciência política. Enquanto outros ramos se desenvolveram de maneira sólida, as abordagens organizativas sobre os partidos evoluíram muito pouco desde estudos clássicos como o de Robert Michels e Maurice Duverger. Para o autor, isto acontece devido a dois problemas, que ele denomina preconceito sociológico e preconceito teleológico.

O preconceito sociológico consiste em considerar os partidos políticos como meras manifestações, no plano político, dos interesses de grupos sociais específicos. Deste ponto de vista os partidos se dividiriam entre partidos "operários", "burgueses" ou "camponeses" de acordo com a base social dos seus filiados ou eleitores. Embora o sistema de desigualdades sociais deva obviamente ser levado em conta para entender o papel desempenhado pelos partidos políticos, o preconceito sociológico simplifica este papel, de tal modo que os partidos passam a ser vistos como a face política de interesses sociais mais profundos. O preconceito teleológico, por sua vez, consiste em julgar os partidos em função do seu suposto

propósito fundamental. Há duas versões básicas deste preconceito. A primeira se concentra nos objetivos específicos de cada partido, e julga que a ideologia manifesta por cada um deles constitui a melhor maneira de julgá-los. Um exemplo disto seria dizer que a causa da ecologia constitui o objetivo último dos Partidos Verdes. A outra versão diria respeito a objetivos genéricos dos partidos políticos, como por exemplo, a vitória eleitoral e, por meio dela, a conquista do governo. Tal modelo parece ao autor limitado, uma vez que não explica o funcionamento concreto dos partidos; ao invés disso enfoca objetivos predeterminados. Nos dois tipos de preconceito, o analista toma como *dado* aquilo que deveria ser considerado como o *problema* da investigação.

Alternativamente aos preconceitos sociológico e teleológico, Panebianco se propõe a entender os partidos como organizações complexas que devem lidar com diferentes dilemas organizativos. O autor expõe quatro dilemas fundamentais como relevantes para discutir os partidos como organizações. O primeiro deles diz respeito à distinção entre o modelo racional e o modelo do sistema natural das organizações. No primeiro caso, as organizações são julgadas com base no propósito fundamental a que a organização buscaria atender. No segundo caso, elas são entendidas como respondendo a demandas de diferentes ordens, e que seu papel fundamental constitui na mediação e equilíbrio das diversas demandas. Para o autor, é preciso considerar estes dois fatores simultaneamente na análise: por um lado os objetivos "oficiais" são fundamentais para manter a identidade da organização a médio prazo; por outro nem sempre existe acordo dentre os agentes sobre o modo como esses objetivos devem ser implementados e os caminhos concretos que a organização deve seguir.

Um segundo dilema diz respeito à oposição entre os incentivos coletivos e os incentivos seletivos proporcionados pelas organizações. No primeiro caso incluem-se aqueles que se distribuem igualmente entre os membros da organização; no segundo aqueles distribuídos desigualmente. Novamente, Panebianco (2005) considera que é necessário olhar os dois tipos de incentivos simultaneamente, e não como alternativas analíticas. Os incentivos coletivos são fundamentais dada a natureza voluntária da participação no partido, e se referem principalmente a incentivos de solidariedade e ideológicos. Os incentivos seletivos derivam do caráter burocrático e hierarquizado dos partidos, e dizem respeito a incentivos materiais, de poder e de status.

O terceiro dilema organizativo se refere ao modo como os partidos lidam com o seu ambiente externo: eles se adaptam a ele, ou o dominam, adaptando-o a si próprias e

transformando-o? Novamente, Panebianco considera equivocado considerar as duas alternativas como opostas, ao menos a priori. De acordo com o autor, os partidos nos quais prevalecem os incentivos coletivos tendem a assumir uma postura mais "imperialista", de transformação do ambiente e, em contrapartida, os partidos nos quais os incentivos seletivos são mais importantes, tendem a adotar uma perspectiva mais passiva em relação ao meio ambiente, uma vez que o respeito à diversidade de interesses internos é fundamental para a sua sobrevivência.

O último dilema discutido pelo autor refere-se ao peso que a liberdade de ação tem em relação às necessidades organizativas do partido. Segundo ele, o fato de os partidos se constituírem como coalizões de interesses distintos estabelecem algumas amarras para a ação da liderança partidária, mas esta precisa de alguma maleabilidade para lidar estrategicamente com os desafios apresentados pelas outras organizações e por um ambiente organizacional variável.

No Brasil, os estudos que tratam os partidos políticos de uma perspectiva organizacional são raros, encontra-se em fase embrionária. Uma exceção é o interessante estudo de Braga (2008) sobre o processo de seleção de candidatos a deputado federal por cinco partidos (PP, PFL, PMDB, PSDB e PT) no estado de São Paulo, tendo em vista três variáveis: 1) quem pode ser candidato; 2) quem os seleciona e; 3) o método de seleção. Em resumo, Braga propõe que, ao contrário do que sugerem alguns autores, os partidos brasileiros exercem um alto grau de controle sobre o processo de seleção de candidatos. Neste estudo, a autora traça uma discussão sobre a estrutura organizacional destes principais partidos. Ela considera as agremiações fracas, pois essas apresentam uma institucionalização fraca, no que se referem à organização. Sendo assim, os partidos brasileiros são considerados individualistas, isto é derivado do sistema de lista aberta, no qual o candidato tem pouco comprometimento com o partido, normalmente visam “construir uma reputação pessoal em detrimento de uma ação coletiva que propicia a sobrevivência da organização” (Braga, 2008, p.458). Seguindo essa linha de raciocínio, os partidos de esquerdas tendem a ter uma postura menos autoritárias, se enquadram aos incentivos coletivos, tendem a ser mais democráticos que os partidos de direita. Embora sem fazer referência explícita à perspectiva organizacional de Panebianco, Albuquerque, Steibel e Carneiro (2008) também sugerem que a preservação da estabilidade organizativa dos partidos desempenha um papel importante na distribuição do tempo no horário gratuito entre os candidatos de cada partido.

3- Breve análise da Estrutura Organizacional do Site do Partido dos Democratas

“Oposição protocola requerimento para criação de CPI do MST3

A senadora Kátia Abreu (TO), o líder do Democratas Ronaldo Caiado (GO) e o articulador da CPI do Campo, deputado Onyx Lorenzoni (RS) deram entrada nesta quarta-feira (16) no requerimento que pede a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga irregularidades no Movimento dos Sem Terra (MST).

O colegiado deve investigar a origem e o destino dos recursos que abastecem o caixa de quatro organizações não governamentais - Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), Centro de Formação e Pesquisas Contestado (Cepatec) e Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac)”.

O texto acima representa a forma como um site de partido político constrói a sua estrutura organizacional. Neste cenário, o site passa a ser um lugar onde, também, podemos conhecer o partido como uma organização⁴, isto está representado através dos textos e dos links. Por exemplo, o DEM (Partido Democratas), no próprio título da notícia nos mostra a sua posição política; atualmente o partido faz parte da base de oposição ao governo Lula.

A fim de ilustrar a aplicação de um enfoque organizacional, analisaremos o site do Partido Democratas, fruto de uma reorganização do Partido da Frente Liberal (PFL). Além dos textos, acreditamos que o site fornece outras pistas importantes para entender a natureza desta reorganização.

Antes de mencionar a estrutura organizacional no ambiente digital, é interessante mencionar a estrutura regular do Partido. A estrutura organizacional do Democratas é constituída por comissões provisórias e diretórios. Para existir um diretório, é imprescindível que o município tenha um mínimo de filiados, este deve ser proporcional ao tamanho do município. Em relação aos partidos de maior representação, como PT, PSDB e PMDB, o Democratas tem pouca participação dos filiados na vida do partido, diferente do PT, um dos partidos que apresentam maior número de participantes engajados. Os partidos de massa são

³ Disponível em:< <http://www.dem.org.br>>. Acessado em: 16 set 2009.

⁴ Para Panebianco (2005), o partido é um grupo ou uma associação organizada voltada para alcançar seus objetivos políticos. O autor comentar que, “os partidos são grupos que perseguem objetivos; a ideologia de cada partido é o melhor indicador dos seus objetivos”. (2005, p.7).

mais burocráticos no que tange a seleção de candidatos, neste caso, o PT tende a selecionar candidatos com maior índice de representatividade. (BRAGA, 2008).

O PFL foi criado em janeiro de 1985, a partir de uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS), partido que sucedeu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) como base do governo durante o regime militar, após o fim do bipartidarismo compulsório, em 1979. Formado após a vitória de Tancredo Neves na eleição indireta para Presidente da República, o PFL abrigou um grupo de políticos que foram capazes de sobreviver ao fim do regime militar e se transformou, junto com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em uma das bases de apoio da chamada Nova República. Com a doença e morte do presidente eleito, o mandato foi assumido pelo seu vice, José Sarney, que governou o País por 5 anos, contando com o apoio do PFL. O PFL se notabilizou durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte como uma das bases de apoio do chamado “Centrão”, grupo multipartidário unido em torno de uma agenda conservadora. Com a eleição de Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN), o PFL se manteve como base de apoio do governo. O mesmo aconteceu durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), eleito duas vezes – em 1994 e em 1998, com o apoio do PFL. Em 2002, o candidato tentou lançar uma candidata à Presidência, Roseana Sarney, mas ela teve que renunciar no início do ano – depois de obter bons índices nas pesquisas de opinião pública – por conta de um escândalo financeiro envolvendo uma de suas empresas. O PFL se caracterizou, desde a sua origem, portanto como um partido de forte vocação governista, capaz de se adaptar a diferentes conjunturas políticas e, mesmo, a uma mudança de regime. Do mesmo modo, se caracterizou como um partido fortemente conservador e enraizado nos estados do Nordeste do país.

Nestas eleições, Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) – o principal antagonista político do PFL – assumiu a Presidência. O resultado disso foi que, pela primeira vez, o partido foi obrigado a permanecer por um longo período na oposição. Para completar a desventura do PFL, em 2006 Lula foi reeleito. Para um partido tão acostumado a se beneficiar da proximidade do poder, a distância dele durante um período tão longo se revelou catastrófica. O partido que elegera 105 deputados federais em 1998 viu este número cair para 84 em 2002 e daí para 65 em 2006. Assim, a reestruturação do partido ressurgido

como Democratas⁵, foi o resultado de uma grave crise política, que abalou os fundamentos da identidade do partido. Como deixa claro, o texto de abertura deste artigo, os Democratas se reinventou como um partido conservador, mas jovem e cosmopolita.

Estas características encontram eco no site do partido. O conteúdo do site, por sinal, é centrado na oposição ao governo, antes da apresentação das características do partido. As marcas da imagem moderna que o Democratas busca construir para si também se refletem no portal, a começar pelo slogan “A força das novas idéias”. Moderno também é o design, muito mais limpo do que o da maioria dos partidos brasileiros. Para além dos links tradicionais para a bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o site conta ainda com links para a Juventude Democrata e para a Mulher Democrata. O site também recorre pesadamente a novos recursos tecnológicos, incluindo recursos multimídia audiovisuais (que permitem ao usuário ter acesso ao material exibido pelo programa em programas na televisão) e sonoros (a rádio 25), newsletter, RSS, as redes sociais; como o blog do partido. Na edição acessada no dia 23 de novembro, por exemplo, o site disponibilizava um vídeo – postado no Youtube – com uma fala do deputado José Carlos Aleluia sobre o apagão de energia elétrica em alguns Estados brasileiros. Aleluia condena o setor de energia, fala que o governo foi arrogante, pois as usinas estavam desligadas para economizar gás. Para aleluia, a ministra Dilma Rousseff implantou um sistema problemático, e o atual ministro de minas e energia não entende sobre sistema elétrico. Mais uma vez, o exemplo citado nos mostra que uma das características do partido Democratas é a oposição ferrenha ao governo Lula. Podemos considerar a fala com uma estratégia de marketing político do partido, já que a ministra será a futura candidata à Presidente nas eleições de 2010. O blog e o twitter também são utilizados na construção da nova organização do partido. Essas ferramentas disponibilizam informações sobre o dia-a-dia do partido. Além disso, os links dispensam uma atenção especial para os jovens e para as mulheres do partido.

Ao mesmo tempo, os limites da renovação se tornam evidentes. Em boa medida, os jovens renovadores destacados pelo site são herdeiros do capital político de lideranças

⁵ O DEM, antigo PFL, cria uma estrutura organizacional com o objetivo de disputar junto ao PP o eleitorado conservador. A estrutura se dá por diretórios ou comissões provisórias em todas as cidades, para o partido ter diretório é importante ter um mínimo de filiados conforme o número de eleitores. (Braga 2008a). Apesar de ser mais representativo nas regiões do nordeste do país, onde está à maioria de seus dirigentes, o Partido Democratas vem crescendo nacionalmente, nas últimas eleições de 2008 teve um representatividade nas regiões Sudeste, Norte e Centro-oeste. (Braga; Borges, 2008b).

tradicionais do partido. Por exemplo: Rodrigo Maia; filho de César Maia, Antônio Carlos Magalhães Neto; neto de Antônio Carlos Magalhães e Paulo Bornhausen; Filho de Jorge Bornhausen.

A partir destes exemplos, para o DEM, a internet é vista como um lugar onde o eleitor pode estabelecer um contato direto com o partido e seus representantes. Os links, o blog, o twitter, os conteúdos das notícias e a distribuição da informação são elementos que caracterizam o site do partido como uma estrutura organizacional. Neste caso, o site é visto como um lugar de discurso sobre o partido, um lugar onde está sendo reconstruída a nova identidade do Democratas.

Considerações Finais

Os sites de partidos políticos oferecem um novo e estimulante campo de investigação. Até o momento, a maior parte da produção sobre o assunto julga os sites do ponto de vista do seu potencial para promover a democratização política (quer através de uma participação mais direta dos membros comuns e eleitores nos debates do partido, quer através de uma equalização das condições de comunicação política entre os partidos), ou de um ângulo estratégico, como instrumentos que permitiriam ao partido incrementar a sua comunicação com os eleitores. Em contraposição a essas perspectivas, o artigo propõe considerar os sites tendo em vista uma perspectiva organizacional dos partidos políticos, entendida nos termos propostos por Panebianco. Deste ponto de vista, não é suficiente considerar os objetivos explícitos a que um partido procuraria atender, sejam eles gerais, como ganhar as eleições e conquistar o governo, ou específicos, como promover reformas socialistas, por exemplo (o que configura o chamado “preconceito teleológico”) nem julgá-los tendo em vista os setores sociais por eles representados (o que configura o “preconceito sociológico”). Ao invés disso, é preciso considerar os sites como espaços que têm na estrutura da organização partidária uma questão fundamental, por exemplo através da legitimação de um conjunto de lideranças do partido em detrimento de outras. Para ilustrar esta perspectiva, empreendemos uma breve análise do site do Democratas, fruto da reorganização do Partido da Frente Liberal.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso; STEIBEL, Fabro; CARNEIRO, Carolina M. Z. **A Outra Face do Horário Gratuito: Partidos Políticos e Eleições Proporcionais na Televisão.** DADOS, Vol 51, n° 2, 2008, pp.459-487.
- BLANCHARD, Gersend. **O uso da Internet a Serviço da Comunicação do Partido.** Libero, 2006, n°18, pp. 9-17
- BRAGA, Maria do Socorro S. **Organização Partidária e Seleção de Candidatos no Estado de São Paulo.** Opinião, Vol. 14, n° 2, pp. 454-4885.
- FARMER, Rick; FENDER, Rich. **E-Parties: Democratic and Republican State Parties in 2002.** Party Politics, 2005, Vol. 11, n°1, pp. 47-58.
- NORRIS, Pippa. **Preaching to the Convert? Pluralism, Participation, and Party Websites.** Disponível em: <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/ACROBAT/Preaching.pdf> . Acesso em: Jan 2009.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: a organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEDERSEN, Karina; SAGLIE, Jo. **New Technology in Ageing Parties: Internet Use in Danish and Norwegian.** Party Politics, 2005, Vol. 11, n°3, pp. 359-377.
- SCHWEITZER, Eva J. **Election Campaigning Online: German Party Websites in the 2002 National Elections.** European Journal Communication, 2005, Vol. 20, n°3, pp. 327-351.
- SMALL, Tamara A. **Equal Access, Unequal Success Major and Minor Canadian Parties on the Net.** Party Politics, 2008, Vol. 14, n°1, pp. 51-70.
- STRANDBERG, Kim. **Online Electoral Competition in Different Settings. A Comparative Meta-analysis of the Research on Party Websites and Online Electoral Competition.** Party Politics, 2008, Vol. 14, n°2, pp. 223-244.
- VACCARI, Cristian. **Research Note: Italian Parties Websites in the 2006 Elections.** European Journal Communication, 2008, Vol 23 , n°1, pp.6 9-77.